

Correção da redação

Corrige Redação · padrão Enem · 09/09/2026 · código exemplo

Tema: Desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil

760

de 1000

Sua redação tem estrutura sólida, repertório pertinente e uma proposta de intervenção completa — é isso que sustenta os 760. O que mais derruba sua nota é a gramática, especialmente acentuação e crase: corrigir esse ponto pode levar você facilmente à faixa dos 850.

Nota por competência

80

C1. Norma-padrão da língua escrita

Sua sintaxe é organizada e o vocabulário é adequado, mas há um número muito grande de desvios de acentuação e de crase espalhados por todo o texto: "indigenas", "pratica", "Alem", "agronegocio", "economico", "esta", "historia", "indio", "rapido", "possivel", "Tambem", "Ministerio", "didaticos". Some-se a isso as crases faltando em "o direito as suas terras e a sua cultura" e o "a anos" no lugar de "há anos". São mais de vinte ocorrências, o que caracteriza domínio insuficiente da modalidade escrita formal. Para subir de nível, o caminho é objetivo: revisar acentuação de proparoxítonas e paroxítonas e treinar crase antes de substantivo feminino.

"aos povos indigenas e as comunidades quilombolas o direito as suas terras" · "processos de demarcação parados a anos" · "o agronegocio pressiona o governo"

160

C2. Compreensão do tema e tipo textual

Você entendeu a proposta e discutiu de fato os desafios da valorização dos povos tradicionais, com tese explícita no fim da introdução: "é preciso discutir os desafios para a valorização dos povos tradicionais no Brasil". O repertório é pertinente e variado (Constituição de 1988, FUNAI, Lei 11.645, Kant), o que é um ponto forte. Falta produtividade em parte dele: "Segundo a FUNAI, existem centenas de processos" é vago demais para funcionar como dado, e a frase de Kant aparece de forma quase decorativa, sem ser realmente aplicada à realidade dos povos tradicionais.

"é preciso discutir os desafios para a valorização dos povos tradicionais no Brasil" · "apesar da lei 11.645 que obriga o ensino da historia e cultura afro-brasileira e indigena" · "O filósofo Kant dizia que o homem é aquilo que a educação faz dele"

160

C3. Argumentação e projeto de texto

Há projeto de texto claro: um parágrafo sobre a questão territorial e outro sobre o desconhecimento cultural, com conclusão que retoma a tese em "o Brasil vai valorizar quem sempre esteve aqui". Os argumentos são explicados, não apenas citados, e o fechamento "Isso mostra que o interesse economico esta acima dos direitos dos povos" mostra autoria. O que impede nota máxima é o segundo desenvolvimento, que termina numa generalização ("sem educação a sociedade continua preconceituosa") em vez de aprofundar a consequência concreta do apagamento cultural.

"Isso mostra que o interesse economico esta acima dos direitos dos povos" · "muitas pessoas acham que indio tem que viver na floresta" · "Assim, o Brasil vai valorizar quem sempre esteve aqui"

160

C4. Coesão e articulação

O texto é bem articulado: você usa "Em primeiro lugar", "Por isso", "Portanto", "Assim" e faz retomadas por pronome e sinônimo ("essas comunidades", "desses povos"). A inadequação mais visível é a repetição de "Alem disso", que aparece dentro do segundo parágrafo e depois abrindo o terceiro, enfraquecendo a progressão. Em "sendo assim, é preciso discutir" a articulação também fica frouxa, colada por vírgula.

"Alem disso, o agronegocio pressiona o governo" · "Alem disso, a sociedade brasileira não conhece a cultura desses povos" · "sendo assim, é preciso discutir"

C5. Proposta de intervenção

Sua proposta está completa e ligada ao que você discutiu: há agente ("o Ministerio da Educação"), ação ("fiscalizar o cumprimento da lei 11.645 nas escolas"), meio ("por meio de avaliações e materiais didáticos"), finalidade ("para que os alunos conheçam e respeitem a cultura desses povos") e detalhamento ("diminuindo o preconceito", além da citação da lei específica). Ela retoma os dois problemas apresentados, o territorial e o educacional. Só cuide para que a primeira ação (demarcar terras) também venha com meio, pois hoje ela está mais solta.

"o Ministerio da Educação deve fiscalizar o cumprimento da lei 11.645 nas escolas" · "por meio de avaliações e materiais didáticos" · "para que os alunos conheçam e respeitem a cultura desses povos"

Proposta de intervenção: 5 de 5 elementos

OK Agente (quem): o governo federal / o Ministerio da Educação

OK Ação (o quê): demarcar as terras dos povos tradicionais / fiscalizar o cumprimento da lei 11.645 nas escolas

OK Meio (como): por meio de avaliações e materiais didáticos

OK Finalidade (para quê): para que os alunos conheçam e respeitem a cultura desses povos

OK Detalhamento: diminuindo o preconceito, com base na Lei 11.645, que já obriga o ensino de história e cultura indígena e afro-brasileira

O que corrigir (15)

1. "o direito as suas terras e a sua cultura"
Falta crase antes de substantivo feminino após "direito a". (C1)
Certo: o direito às suas terras e à sua cultura
2. "aos povos indigenas e as comunidades quilombolas"
Falta crase em "as comunidades" (garante a alguém) e falta acento em "indígenas". (C1)
Certo: aos povos indígenas e às comunidades quilombolas
3. "processos de demarcação parados a anos"
Ideia de tempo passado se escreve com "há", do verbo haver. (C1)
Certo: processos de demarcação parados há anos
4. "na pratica"
Falta acento na paroxítona. (C1)
Certo: na prática
5. "Alem disso"
Falta acento em "além"; além disso, a expressão está repetida em dois parágrafos. (C1)
Certo: Além disso / Somado a isso
6. "o agronegocio pressiona"
Falta acento. (C1)
Certo: o agronegócio pressiona
7. "o interesse economico esta acima"
Faltam acentos em "econômico" e em "está" (verbo estar). (C1)
Certo: o interesse econômico está acima
8. "o ensino da historia e cultura afro-brasileira e indigena"
Faltam acentos. (C1)
Certo: o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena
9. "acham que indio tem que viver na floresta"
Falta acento em "índio" e a construção "tem que" é de registro oral. (C1)
Certo: acham que o indígena deve viver na floresta

10. “o mais rápido possível”

Faltam acentos. (C1)

Certo: o mais rápido possível

11. “Tambem o Ministerio da Educação”

Faltam acentos. (C1)

Certo: Também o Ministério da Educação

12. “materiais didaticos”

Falta acento. (C1)

Certo: materiais didáticos

13. “Segundo a FUNAI, existem centenas de processos de demarcação parados”

Dado genérico, sem número ou recorte que o torne argumentativamente forte. (C2)

Certo: Use o dado de forma verificável e comente-o: “processos de demarcação que se arrastam por décadas na Funai, segundo relatórios do próprio órgão, expõem...”

14. “O filósofo Kant dizia que o homem é aquilo que a educação faz dele, então sem educação a sociedade continua preconceituosa”

Repertório citado sem ser aplicado ao caso dos povos tradicionais; a conclusão fica genérica. (C2)

Certo: Ligue a citação ao argumento: “Se, como afirmava Kant, o homem é o que a educação faz dele, uma escola que silencia sobre indígenas e quilombolas forma cidadãos incapazes de reconhecê-los como parte da nação.”

15. “a invisibilidade, sendo assim, é preciso discutir”

Duas orações independentes ligadas apenas por vírgula. (C4)

Certo: a invisibilidade. Sendo assim, é preciso discutir

3 ações para a próxima redação

1. Faça uma revisão de acentuação e crase em toda redação antes de entregar: passe o olho procurando palavras como “além”, “prática”, “história”, “também”, “está”, “rápido” e todo “a” seguido de substantivo feminino. Só isso vale até 80 pontos na sua nota.
2. Transforme o repertório em argumento: depois de citar uma lei, um órgão ou um filósofo, escreva uma frase explicando o que aquilo prova sobre o problema (como fizemos com Kant e a Lei 11.645).
3. Varie os conectivos entre parágrafos: escolha antes de escrever um para cada bloco (“Em primeiro lugar”, “Outro obstáculo”, “Diante disso”) e nunca repita o mesmo abrindo dois parágrafos.

Sua redação reescrita

Mesmas ideias e mesma estrutura, com os desvios corrigidos e a argumentação reforçada. Compare parágrafo a parágrafo com o seu texto.

Desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil

A Constituição de 1988 garante aos povos indígenas e às comunidades quilombolas o direito às suas terras e à sua cultura. Na prática, porém, esses grupos ainda convivem com o preconceito e a invisibilidade. Diante disso, é preciso discutir os desafios para a valorização dos povos tradicionais no Brasil, que passam tanto pela questão territorial quanto pelo apagamento cultural.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que a falta de demarcação de terras é um dos principais problemas. Processos de demarcação se arrastam há anos nos órgãos responsáveis, como a Funai, o que deixa as comunidades vulneráveis à invasão de garimpeiros e fazendeiros. Somado a isso, setores do agronegócio pressionam o poder público para que a demarcação não avance, pois pretendem destinar essas áreas ao cultivo de soja e à criação de gado. Isso mostra que, na disputa pelo território, o interesse econômico tem sido colocado acima de direitos já assegurados por lei.

Outro obstáculo é o desconhecimento, por parte da sociedade brasileira, da cultura desses povos. Nas escolas, quase não se fala sobre indígenas e quilombolas, apesar da Lei 11.645, que obriga o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena. O resultado é a permanência de estereótipos: muitos brasileiros acreditam que o indígena só é legítimo se viver isolado na floresta e que o uso de um celular apagaria sua identidade. Se, como afirmava Kant, o homem é aquilo que a educação faz dele, uma escola que silencia sobre esses povos forma cidadãos incapazes de reconhecê-los como parte constitutiva da nação.

Portanto, o governo federal deve acelerar a demarcação das terras tradicionais, por meio do reforço orçamentário e de pessoal na Funai, a fim de reduzir a fila de processos paralisados. Cabe também ao Ministério da Educação fiscalizar o cumprimento da Lei 11.645 nas escolas, por meio de avaliações periódicas e da distribuição de materiais didáticos produzidos com a participação de lideranças indígenas e quilombolas, para que os alunos conheçam e respeitem essas culturas e o preconceito diminua. Assim, o Brasil poderá, finalmente, valorizar quem sempre esteve aqui.

O que lemos na sua folha (transcrição)

Transcrição fiel, com os desvios originais. Se algo foi lido errado, a nota pode ser afetada nesse trecho.

Desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil

A Constituição de 1988 garante aos povos indígenas e as comunidades quilombolas o direito às suas terras e à sua cultura. Porém, na prática, essas comunidades ainda sofrem com o preconceito e a invisibilidade, sendo assim, é preciso discutir os desafios para a valorização dos povos tradicionais no Brasil.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que a falta de demarcação de terras é um dos principais problemas. Segundo a FUNAI, existem centenas de processos de demarcação parados há anos, o que deixa essas comunidades vulneráveis a invasões de garimpeiros e fazendeiros. Além disso, o agronegócio pressiona o governo para não demarcar, pois quer usar as terras para plantar soja e criar gado. Isso mostra que o interesse econômico está acima dos direitos dos povos.

Além disso, a sociedade brasileira não conhece a cultura desses povos. Nas escolas quase não se fala sobre os indígenas e quilombolas, apesar da Lei 11.645 que obriga o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena. Por isso, muitas pessoas acham que índio tem que viver na floresta e que se usar celular não é mais índio, o que é um grande preconceito. O filósofo Kant dizia que o homem é aquilo que a educação faz dele, então sem educação a sociedade continua preconceituosa.

Portanto, o governo federal deve demarcar as terras dos povos tradicionais o mais rápido possível. Também o Ministério da Educação deve fiscalizar o cumprimento da Lei 11.645 nas escolas, por meio de avaliações e materiais didáticos, para que os alunos conheçam e respeitem a cultura desses povos, diminuindo o preconceito. Assim, o Brasil vai valorizar quem sempre esteve aqui.

Correção gerada por inteligência artificial com base na matriz de referência da redação do Enem (Inep). É material de estudo: não substitui a correção oficial nem garante nota. O Corrige Redação não tem vínculo com o Inep ou com o MEC.